

**QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO****Magnus BRUNNER****Administração Interna e Migração****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

*Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissário e promover o interesse geral europeu, em especial no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? De que forma vai contribuir para a aplicação das orientações políticas da Comissão? Como tenciona aplicar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de intervenção que se inserem no âmbito da sua pasta? Como tenciona aplicar a integração da perspectiva dos jovens?*

*Que garantias de independência pode dar ao Parlamento e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?*

Ao longo de toda a minha carreira política - em especial enquanto deputado ao Parlamento austríaco (Bundesrat) e ministro das Finanças da Áustria - o meu objetivo foi sempre construir pontes entre os grupos de interesses, as comunidades de partes interessadas e os partidos, a fim de prosseguir o interesse comum dos cidadãos austríacos. É esta prossecução do interesse geral que quero trazer para o nível europeu, se a minha indigitação for confirmada. A promoção do interesse geral e dos valores europeus é, na minha opinião, indispensável, em especial nos domínios da migração, das fronteiras e da segurança. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para garantir que, tanto a nível europeu como a nível nacional, o nosso sistema (baseado no Pacto em matéria de Migração e Asilo) seja bem preparado, justo, coerente e – sobretudo – capaz de inspirar confiança tanto aos cidadãos como aos governos

Em consonância com as orientações políticas, empenhar-me-ei especialmente em melhorar o panorama geral da segurança da União do qual as nossas sociedades dependem. Na mesma linha, trabalharei com todas as partes interessadas envolvidas nas dimensões interna e externa da migração. No domínio da migração seguirei uma abordagem dupla, agindo no plano legislativo e no plano operacional, para que, em conjunto, possamos chegar a acordo sobre uma via ambiciosa e justa. Trabalharei no sentido de garantir fronteiras externas comuns sólidas que proporcionem segurança aos cidadãos europeus, bem como a sua digitalização, facilitando simultaneamente os negócios, o turismo, o trabalho e os estudos. Envidarei esforços no âmbito da estratégia de segurança interna para a UE, que garantirá que os cidadãos poderão usufruir dos benefícios de um espaço de liberdade, segurança e justiça.

Sou um fervente defensor do carácter colegial da Comissão, em que todos os membros participam nos debates e contribuem de forma transparente para a adoção de decisões bem fundamentadas e que servem da melhor forma os interesses dos cidadãos europeus. Se a minha indigitação for confirmada, serei um membro empenhado do Colégio no seu conjunto e colaborarei estreitamente com os demais membros do Colégio, num espírito de colegialidade, aderindo plenamente ao que a Comissão decida.

A integração das perspectivas de género e de juventude nas políticas da UE em matéria de migração e de segurança é crucial para dar resposta aos desafios únicos que estes grupos enfrentam. Quando mulheres e crianças procuram asilo, é fundamental garantir que os seus direitos sejam respeitados e que os riscos específicos que enfrentam sejam atenuados. Necessitam também de apoio específico no acesso à educação, ao alojamento, a cuidados de saúde e à formação profissional, o que lhes permite participar plenamente nas nossas sociedades, caso o seu estatuto de refugiado seja confirmado. Tenciono continuar a apoiar os Estados-Membros com o apoio específico necessário a este respeito, mobilizando o Plano de Ação da UE sobre integração e inclusão, bem como o financiamento da UE.

As mulheres e as crianças representam a maioria das vítimas de vários crimes, incluindo o abuso e a exploração sexuais e o tráfico de seres humanos. Quando são vítimas de tais atos hediondos, necessitam de assistência e

proteção imediatas devido à sua maior vulnerabilidade. Estou empenhado em assegurar que a legislação e as políticas da UE deem prioridade à perspectiva das mulheres e das crianças, a fim de garantir a sua segurança. Ao mesmo tempo, a integração destas considerações é essencial para prevenir eficazmente a criminalidade.

Garantirei a igualdade de género na composição do meu Gabinete, bem como em todos os domínios da minha responsabilidade. Tenho, aliás, um historial sólido a este respeito: durante o meu mandato como ministro das Finanças, foi atingido, pela primeira vez em 170 anos de história, o equilíbrio de género no que respeita aos quadros de direção do Ministério («Sektionschef»).

Se a minha indigitação for confirmada, respeitarei plenamente a obrigação de agir no interesse europeu e sem receber quaisquer instruções, tal como estipulado nos Tratados. Comprometo-me a evitar qualquer situação em que a minha independência ou imparcialidade possam ser postas em causa. Irei igualmente honrar o Código de Conduta dos membros da Comissão Europeia e as suas disposições relativas a conflitos de interesse. A minha declaração de interesses está completa e comprometo-me a atualizá-la se e quando necessário. Se a minha indigitação for confirmada, eu e os membros do meu Gabinete reunir-nos-emos unicamente com partes interessadas e representantes de partes interessadas que estejam inscritos no Registo de Transparência.

## **2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu**

*Compromete-se a informar devidamente o Parlamento sobre as suas ações e as dos seus serviços? Em que sentido se considera obrigado a prestar contas perante o Parlamento?*

*Que compromissos específicos está disposto a assumir quanto à sua colaboração com o Parlamento e à sua presença na instituição, tanto em comissões como em sessão plenária, à transparência, à cooperação e ao seguimento eficaz das posições e dos pedidos de iniciativas legislativas do Parlamento? Está disposto a transmitir ao Parlamento Europeu, atempadamente e em condições de igualdade com o Conselho, informações e documentos sobre as iniciativas previstas e os procedimentos em curso?*

Considero que os nossos diálogos devem ser periódicos e estratégicos e devem cobrir as prioridades e a situação nos domínios abrangidos pela minha pasta. Estou convicto de que este será o momento certo para fazermos um balanço político, tanto para os deputados ao Parlamento Europeu como para mim próprio; e não tenho dúvidas de que surgirão novas ideias e propostas construtivas. Conforme estabelecido nas orientações políticas da presidente-eleita, devemos também trocar pontos de vista sobre questões de aplicação: o Pacto oferece a oportunidade de encontrar novas formas de trabalhar em conjunto na obtenção de resultados, a nível da UE e dos Estados-Membros, e o apoio do Parlamento Europeu pode ser decisivo para que o Pacto funcione bem.

Tendo sido deputado no Parlamento do meu próprio país, aprecio plenamente o papel do Parlamento Europeu enquanto representante dos cidadãos europeus e desejo manter um diálogo político aberto e permanente com os deputados do Parlamento Europeu a todos os níveis. Tenciono participar em todas as sessões plenárias em que os temas sob a minha responsabilidade são debatidos e responder, na medida do possível, aos pedidos de V. Ex.<sup>as</sup> para uma troca de pontos de vista sobre questões de grande importância.

Nas últimas semanas, tive já a oportunidade de me reunir com vários deputados do Parlamento Europeu a título individual, incluindo o presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, com o qual tenciono criar um canal de comunicação regular e aberto. Se a minha indigitação for confirmada, tenho a intenção de fazer disto prática corrente e fazer tudo o que estiver ao meu alcance para assegurar que as respostas às perguntas dos deputados do Parlamento Europeu à Comissão que são da minha responsabilidade sejam dadas dentro do prazo acordado.

Em julho, a presidente-eleita Ursula von der Leyen assumiu perante V. Ex.<sup>as</sup>, o compromisso de conduzir as políticas a nível local, respondendo presente aos cidadãos europeus, às suas aspirações e às suas preocupações quotidianas. Estou determinado a fazer isso mesmo, nomeadamente através da minha visita a projetos em que a ação europeia ajuda os nossos cidadãos a se sentirem em segurança, em que a gestão da migração proporciona um valor acrescentado da UE ou em que equipamentos financiados pela UE permitem proteger as nossas fronteiras e facilitar as deslocações legítimas. Quero ir ao encontro dos cidadãos e das autoridades que enfrentam diretamente problemas graves relacionados com as políticas que serão da minha competência.

No que diz respeito à questão fundamental da transparência, a Comissão criou uma série de instrumentos para partilhar informações no domínio dos assuntos internos com o Parlamento Europeu, para além dos mecanismos regulares de supervisão. A este respeito, podemos citar os relatórios sobre o número de regressos e de readmissões,

apresentados duas vezes por ano à Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, ou a participação de um representante do Parlamento Europeu no conselho de administração da Frontex, bem como o Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol. A Comissão informará V. Ex.<sup>as</sup> regularmente sobre a aplicação do Pacto em matéria de Migração e Asilo e, subsequentemente, através do relatório europeu anual sobre o asilo e a migração. Elaboraremos igualmente um relatório anual sobre os progressos realizados a nível da execução e da implementação. Estou convicto de que este relatório virá reforçar a transparência e a responsabilização da nossa ação executiva.

No que diz respeito mais especificamente à dimensão externa da migração, procurarei aumentar o nível de transparência e de visibilidade da informação que recebem e propor que os meus serviços prestem informações a V. Ex.<sup>as</sup> sobre as missões externas realizadas, os seus resultados e as próximas etapas.

Comprometo-me a respeitar a prática de longa data da Comissão de dar respostas escritas às resoluções do Parlamento no prazo de três meses. Tal como solicitado pela presidente-eleita Ursula von der Leyen, organizarei um diálogo estruturado com a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos para traçar o caminho a seguir no que respeita a resoluções adotadas pelo Parlamento ao abrigo do artigo 225.º que apelem à apresentação de propostas legislativas e, tal como a presidente-eleita Ursula von der Leyen, apoio o direito de iniciativa do Parlamento.

Por último, enquanto antigo deputado de um parlamento nacional, valorizo o princípio da igualdade de tratamento do Parlamento Europeu e do Conselho, em especial no que diz respeito ao acesso a reuniões, conferências, seminários e reuniões de alto nível; mas também quando se trata de fornecer contributos ou outras informações, nomeadamente sobre questões legislativas e orçamentais. Comprometo-me a respeitar o princípio da igualdade, em especial quando se trata de eventos importantes.

#### Perguntas da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

### **3. Migração e asilo**

*O novo Pacto em matéria de Migração e Asilo introduz um quadro legislativo que institui um sistema abrangente nos domínios da gestão do asilo e da migração, que estabelece um equilíbrio entre a solidariedade e a partilha equitativa de responsabilidades, em conformidade com o artigo 80.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), e que protege os direitos fundamentais, reforçando simultaneamente a confiança mútua entre os Estados-Membros.*

*Como tenciona acompanhar os progressos atempados das medidas administrativas, operacionais e jurídicas que os Estados-Membros e as agências da UE devem tomar para a plena entrada em vigor do Pacto até ao verão de 2026 e como pretende resolver eventuais atrasos no cumprimento dos critérios de referência do plano de execução comum? Que medidas tenciona tomar para assegurar um financiamento da UE suficiente e atempado aos Estados-Membros e às agências para uma aplicação bem sucedida do Pacto? Tendo em conta que os dados exatos fornecidos pelos Estados-Membros às agências da UE e à Comissão são essenciais para identificar o estado de preparação e as necessidades reais de cada Estado-Membro para poderem gerir uma situação de pressão ou crise migratória, que medidas tomará com vista a promover uma cultura de partilha de dados e de confiança mútua?*

*O trabalho com os Estados-Membros no sentido de uma maior coordenação das operações de salvamento faz igualmente parte da sua carta de missão. Como vê o seu papel e o da UE neste domínio?*

*De acordo com a sua carta de missão, deverá desenvolver uma nova abordagem comum, com base em regras modernas, para o retorno dos migrantes em situação irregular: que medidas legislativas pretende tomar? Que papel considera que as decisões de retorno mutuamente reconhecidas desempenham neste contexto e como tenciona reforçar as políticas de readmissão para assegurar retornos efetivos? Como assegurará que as questões de migração sejam uma parte operacional das nossas parcerias abrangentes com países terceiros, respeitando plenamente os direitos fundamentais, e como tenciona envolver o Parlamento, garantindo que este possa exercer um controlo eficaz e as suas prerrogativas orçamentais? O que entende por «soluções operacionais inovadoras para combater a migração irregular», sobre as quais a sua carta de missão lhe pede para refletir? Que medidas planeia tomar na luta contra os passadores de migrantes e os traficantes de seres humanos?*

*Uma abordagem comum bem-sucedida da UE em matéria de migração deve ser complementada por vias legais seguras e viáveis, incluindo a reinstalação de refugiados e a sua integração bem-sucedida nas comunidades e nos mercados de trabalho. Que medidas tenciona tomar para garantir que os Estados-Membros participem plena e significativamente no Quadro de Reinstalação da UE?*

*No que diz respeito à migração legal, a sua carta de missão indica que deverá explorar formas de atrair nacionais de países terceiros com as competências adequadas para responder às necessidades do mercado de trabalho local na UE: que medidas tomará para apoiar os legisladores no seu trabalho relativo à criação de uma reserva de*

*talentos da UE, à promoção de medidas de simplificação do reconhecimento de qualificações estrangeiras e à conclusão das negociações sobre a Diretiva Residentes de Longa Duração? Que outras medidas, legislativas ou não, tenciona tomar neste domínio?*

Se a minha indigitação for confirmada pelo Parlamento Europeu, a minha prioridade será a execução atempada e plena de todos os elementos do Pacto em matéria de Migração e Asilo. Tenciono acompanhar rigorosamente a execução do Pacto, em conformidade com o plano de execução comum, a fim de assegurar que todos os passos necessários para a plena entrada em aplicação do Pacto sejam tomadas pelos Estados-Membros e pelas agências competentes da UE até meados de 2026. Envidarei igualmente esforços no sentido de acelerar a execução, assegurando simultaneamente uma abordagem que concilia a responsabilidade e a solidariedade, bem como a dimensão interna e externa do Pacto. O Pacto é um exemplo da forma como a UE e os Estados-Membros podem trabalhar em estreita colaboração a fim de produzir legislação complexa e de grande alcance: tenciono manter um contacto estreito com os Estados-Membros, através de reuniões e visitas bilaterais regulares, de modo a prestar apoio aos contactos a nível técnico e operacional. Para além dos nossos diálogos e intercâmbios regulares, facultarei regularmente informações ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre o ponto da situação. Tenciono aproveitar a plataforma de coordenação do Pacto, instituída pela Comissão, para supervisionar as atividades e assegurar uma cooperação adequada a nível nacional e da UE. Os Estados-Membros receberão apoio específico e adaptado para assegurar a coerência a nível da UE e poderão contar com a assistência das agências competentes da UE.

O apoio aos Estados-Membros tem de incluir a ajuda relativa à capacidade financeira necessária para estes cumpram na prática os compromissos jurídicos assumidos no âmbito do Pacto. A autoridade orçamental reconheceu a existência destas necessidades através da atribuição de financiamento adicional, disponibilizando 1,8 mil milhões de EUR no âmbito da revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e 1,6 mil milhões de EUR resultantes da revisão intercalar dos Fundos para os Assuntos Internos e dos programas nacionais ao abrigo destes instrumentos. O financiamento da UE contribuirá para dar resposta às necessidades identificadas pelos Estados-Membros nos seus planos nacionais de execução. Dito isto, o financiamento continua a ser limitado e não poderá cobrir todos os custos, tendo em conta que as verbas também são necessárias para apoiar os Estados-Membros com os refugiados ucranianos, pelo que a sua atribuição deve ser efetuada nos domínios que acrescentam mais valor à execução do Pacto.

Se a minha indigitação for confirmada, irei promover a confiança mútua e a partilha de informações. Orientarei de perto, como parte central da execução do Pacto, o ciclo anual de gestão da migração, com o primeiro relatório anual sobre a gestão da migração. Para poder averiguar com exatidão a situação migratória na UE, o relatório deve ter por base dados fiáveis, atempados e de qualidade disponibilizados pelos Estados-Membros, de acordo com as suas obrigações de comunicação de informações. Tenciono continuar a promover o papel da rede Blueprint durante o meu mandato, incentivando a partilha aberta de informações e a participação ativa das agências da UE e dos Estados-Membros. A aplicação atempada do novo sistema Eurodac é crucial. Apoiarei a implantação e a plena utilização do quadro de interoperabilidade e do novo sistema Eurodac para facilitar a recolha e a partilha eficientes de dados relativos à migração, assegurando a supervisão a nível da UE e a sua utilização operacional diária pelos Estados-Membros. Promoverei igualmente uma cultura de preparação, cooperação e resiliência, apoiando os Estados-Membros nas suas novas responsabilidades para implementar planos de contingência relativos a todos os aspetos da gestão da migração.

A UE necessita de um conjunto moderno de regras para acelerar e simplificar o regresso das pessoas sem direito a permanecer na UE. Com a proposta de 2018 ainda sem acordo, e em consonância com as orientações políticas, tenciono empenhar-me com urgência na elaboração de uma nova abordagem comum em matéria de regresso. Tal significa uma nova proposta legislativa para acelerar e simplificar os regressos, definindo obrigações claras de cooperação para quem regressa, racionalizando eficazmente o processo, digitalizando a gestão dos processos e prevendo o reconhecimento mútuo das respetivas decisões de regresso.

Além disso, em estreita cooperação com o/a alto/a representante/vice-presidente da Comissão e com outros comissários, trabalharei a nível da UE e com os Estados-Membros no sentido de utilizar todos os instrumentos e políticas disponíveis, incluindo a diplomacia, os vistos, o comércio e o desenvolvimento, a fim de promover a cooperação em matéria de readmissão com países terceiros. As nossas políticas devem ser aproveitadas para garantir que os países aceitam a readmissão dos seus próprios nacionais. Paralelamente, é essencial oferecer vias legais e oportunidades de reinstalação às pessoas que necessitam de proteção, o que pode servir de incentivo para reforçar a cooperação em matéria de readmissão.

Esta combinação implica uma abordagem justa, humana e abrangente em matéria de migração, que beneficie tanto a Europa como os nossos parceiros.

A dimensão externa da migração é uma pedra angular do sistema europeu de gestão das fronteiras e da migração. A migração é uma questão complexa, que muitas vezes tem origem longe das nossas fronteiras. Para a gerir de forma eficaz e humana, temos de ter em conta toda a viagem dos migrantes, aplicando uma abordagem de acompanhamento ao longo de toda a rota – desde o país de origem, passando pelos países de trânsito até ao destino – respeitando simultaneamente a soberania nacional, os valores e o quadro jurídico da UE, os direitos fundamentais e as obrigações internacionais. Estes requisitos continuarão a ser fundamentais para todos os esforços de cooperação com países terceiros, incluindo em todas as parcerias abrangentes. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com o/a comissário/a responsável pelo Mediterrâneo, nomeadamente no que diz respeito ao novo Pacto para o Mediterrâneo, e com o/a comissário/a responsável pelas Parcerias Internacionais. Com base nos acordos de associação celebrados com os nossos países parceiros, as parcerias estratégicas e abrangentes continuam a ser instrumentos não vinculativos. Se a minha indigitação for confirmada, estou empenhado em disponibilizar ao Parlamento Europeu as informações necessárias sobre as questões relacionadas com a migração, incluindo debates iniciais e trocas de pontos de vista, a fim de lhe permitir exercer o seu controlo democrático em várias fases do processo. Continuo plenamente empenhado em disponibilizar as informações necessárias sobre tais acordos e em dialogar com V. Ex.<sup>as</sup> sobre as nossas iniciativas.

Conforme foi salientado nas orientações políticas, os passadores de migrantes e os traficantes de seres humanos não podem ser aqueles que decidem quem vem para a Europa e em que circunstâncias. Por conseguinte, tenciono fazer avançar a Aliança Mundial para lutar contra a introdução clandestina de migrantes e desenvolver novas parcerias operacionais com os principais países de trânsito e de origem, incluindo os países vizinhos. Se a minha indigitação for confirmada, reforçarei também a luta contra o tráfico de seres humanos, através de uma abordagem abrangente que inclua a prevenção e a proteção das vítimas contra todas as formas de exploração. Realizarei atividades de informação e sensibilização específicas para evitar que as pessoas confiem as suas vidas a passadores sem escrúpulos e pensem duas vezes antes de empreenderem viagens perigosas. Para o efeito, trabalharei em estreita colaboração com os legisladores para dar prioridade à conclusão das negociações sobre a nova legislação relativa ao combate à introdução clandestina de migrantes. Por conseguinte, a Europol teria um papel reforçado neste domínio, uma vez que precisamos de um quadro jurídico moderno que permita, de forma mais eficaz, investigar e instaurar ações penais contra os criminosos que comprometem a segurança das nossas fronteiras e lucram com os migrantes em situações vulneráveis. Tanto o tráfico de seres humanos como a introdução clandestina de migrantes podem ter uma ligação com a exploração de trabalhadores, incluindo os que têm um estatuto irregular. Trabalharei com os Estados-Membros no sentido de intensificar a aplicação da legislação pertinente da UE, rever a sua aplicação e avaliar a necessidade de eventuais novas iniciativas.

Ao mesmo tempo, tenciono prosseguir a reflexão sobre a redução dos incentivos à migração irregular. Se a minha indigitação for confirmada, explorarei outras ideias que possam complementar e apoiar o nosso trabalho sobre o Pacto, nomeadamente em matéria de regresso, bem como sobre a abordagem baseada nas rotas que está a ser desenvolvida pelo ACNUR e pela OIM e sobre a aplicação do conceito de país terceiro seguro. O Regulamento Procedimento de Asilo prevê uma revisão deste conceito até meados de 2025, que tenciono preparar auscultando todas as partes interessadas.

O desenvolvimento de vias seguras e legais ajudará a evitar viagens perigosas e irregulares. Pretendo aumentar os esforços da UE em matéria de reinstalação e admissão por motivos humanitários, bem como reforçar as parcerias da União com os países terceiros que acolhem grandes populações de refugiados. O meu objetivo será tirar pleno partido do recém-adoptado Regulamento Reinstalação. Este inclui novos instrumentos, envolvendo tanto o Parlamento Europeu como os Estados-Membros, para intensificar os esforços de reinstalação nos próximos anos.

Trabalharei na consolidação e no alargamento da iniciativa Parceria de Talentos no âmbito da abordagem abrangente da gestão da migração, tendo por objetivo atrair pessoas com competências de que o mercado de trabalho da UE necessita. A migração legal continua a ser uma componente essencial da nossa resposta à escassez de mão de obra em determinados setores e profissões, bem como aos desafios demográficos. Com vista a contribuir para a União de Competências, trabalharei em estreita colaboração com o/a vice-presidente executivo/a responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação para apoiar o trabalho dos legisladores sobre a Reserva de Talentos da UE e contribuir, posteriormente, para a sua rápida execução, a fim de facilitar o recrutamento internacional, em especial em determinados setores e profissões em que tenha sido identificada escassez de mão de obra. Trabalharei também em estreita colaboração com o/a vice-presidente executivo/a para ajudar a atrair os talentos adequados para a Europa, estabelecendo medidas que facilitem o reconhecimento das qualificações e competências dos nacionais de países terceiros, bem como a sua mobilidade para a UE. Além disso, encorajarei a

rápida conclusão das negociações sobre a reformulação da Diretiva Residentes de Longa Duração, a fim de facilitar a retenção de talentos e competências e melhorar a integração dos migrantes que já vivem na UE. Tenciono igualmente fazer avançar a execução do plano de ação sobre integração e inclusão para 2021-2027, e proporei uma estratégia de acompanhamento para a integração nas comunidades e no mercado de trabalho.

Cada vida perdida no mar é uma tragédia. A assistência a pessoas em perigo no mar é uma obrigação internacional dos Estados-Membros e de qualquer navio que arvore o pavilhão de um Estado-Membro, independentemente das circunstâncias. Embora a responsabilidade jurídica de iniciar e supervisionar operações de busca e salvamento caiba aos centros nacionais de coordenação responsáveis, a Comissão desempenhou o papel de mediador honesto, permitindo reforçar a confiança entre os Estados-Membros. Se a minha indignação for confirmada, manterei esta posição e trabalharei com os Estados-Membros no sentido de assegurar uma maior coordenação das operações de busca e salvamento, incluindo com países terceiros vizinhos. Apoiar-me-ei no Grupo de Contacto Europeu para as Operações de Busca e Salvamento, enquanto plataforma que permite um intercâmbio estruturado, e prosseguirei o diálogo com outras partes interessadas, incluindo a sociedade civil. Tenciono igualmente trabalhar com a Frontex, que tem contribuído crescentemente para o salvamento de vidas no mar, a fim de assegurar que os Estados-Membros recebem o apoio de que necessitam no desempenho das suas responsabilidades de salvamento, nomeadamente através de capacidades de vigilância adequadas.

Estou empenhado na aplicação efetiva das nossas regras em matéria de migração. Os diálogos anuais sobre a execução constituirão uma oportunidade para identificar potenciais obstáculos à aplicação, mas também para encontrar possíveis soluções.guardo com expectativa a oportunidade de debater os resultados destes diálogos no Parlamento Europeu e de empreender um trabalho conjunto no sentido de alcançar uma aplicação eficaz. O Pacto mostra como a cooperação estruturada deve ser a melhor via para assegurar a concretização: mas gostaria também de sublinhar que, se constatarmos que a correta aplicação do direito da UE é sistematicamente bloqueada, não hesitarei em propor processos por infração.

#### **4. Fronteiras externas**

*Com o objetivo de lograr fronteiras externas mais fortes e reforçar a Frontex, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, tenciona triplicar o número de guardas de fronteira e costeiros europeus, de modo a alcançar uma força permanente de 30 000 efetivos. Enquanto comissário, será responsável pela supervisão deste processo e pela promoção da gestão integrada das fronteiras. Como avalia o impacto de dotar a Frontex desses recursos adicionais no reforço da capacidade da UE para fazer face às ameaças atuais e emergentes nas suas fronteiras externas? Que alterações ao mandato da Frontex, se for caso disso, considera necessárias para acompanhar o crescimento previsto da agência, mantendo simultaneamente a sua responsabilização perante o Parlamento?*

*Que medidas e contramedidas tenciona tomar, em estreita colaboração com os Estados-Membros e as partes interessadas, para preparar e dar resposta a ataques híbridos e à instrumentalização dos migrantes nas fronteiras externas da UE?*

*Como prevê verificar se as tecnologias, no quadro da gestão digital europeia das fronteiras, são utilizadas em conformidade com o direito primário e o Regulamento Inteligência Artificial? Que medidas tomará para evitar mais atrasos na entrada em vigor do Sistema de Entrada/Saída e do Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem, bem como na execução da reforma global dos sistemas de informação da UE em matéria de fronteiras, segurança e migração?*

*Na sua opinião, que medidas devem fazer parte da estratégia anunciada sobre a política de vistos? Neste contexto, que iniciativas tenciona tomar para garantir que a isenção de visto para a UE não seja utilizada de forma abusiva, nomeadamente por países terceiros isentos de visto que aplicam regimes de concessão de cidadania a investidores, assim como para preservar os benefícios sociais e económicos da isenção de visto? Está disposto a agir contra os riscos dos chamados programas de «vistos dourados» adotados por alguns Estados-Membros, tal como solicitado pelo Parlamento Europeu?*

A Frontex produziu resultados importantes em matéria de gestão das fronteiras, assumindo um papel fundamental e cada vez mais importante, ao mesmo tempo que os Estados-Membros continuam a ser os principais responsáveis pela gestão das fronteiras externas. A proposta anunciada nas orientações políticas de triplicar o número de efetivos no corpo permanente para 30 000 teria um impacto positivo nas capacidades futuras da Agência. Poderia conduzir, nomeadamente, a um mandato reforçado da Frontex para apoiar os Estados-Membros em matéria de regresso, a um papel mais ambicioso da Frontex em países terceiros, bem como a uma resposta mais forte e mais ágil por parte da Frontex às ameaças híbridas nas fronteiras da UE.

Esse reforço exigirá uma alteração legislativa através de uma alteração do Regulamento relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira. Se a minha indignação for confirmada, analisarei todas as opções disponíveis, incluindo uma avaliação exaustiva das necessidades, dos impactos, das implicações para as diferentes partes interessadas, bem como dos custos dessa alteração. Trabalharei em estreita colaboração com os Estados-Membros para avaliar a sua capacidade de contribuir para a consecução deste objetivo. Estou empenhado em trabalhar em estreita colaboração com o Parlamento Europeu e em informá-lo regularmente sobre os progressos dos preparativos, bem como em colaborar estreitamente com V. Ex.<sup>as</sup> no âmbito do processo legislativo. O reforço da Frontex também deverá incluir dotações em termos de recursos, o que terá de ser tido em conta nas reflexões sobre o próximo quadro financeiro plurianual.

Intervenientes estatais hostis, como a Rússia e a Bielorrússia, não só exploram as pessoas desesperadas, mas também certas características do nosso quadro jurídico. Considero que a instrumentalização dos migrantes constitui um ataque híbrido nas fronteiras externas da UE. Se a minha indignação for confirmada, estarei firmemente ao lado dos Estados-Membros que enfrentam essas potenciais ameaças à sua segurança e integridade territorial. Em estreita cooperação com o/a vice-presidente executivo/a da Comissão Europeia responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, envidarei esforços no sentido de garantir que os Estados-Membros confrontados com uma situação em que um Estado hostil exerça pressão nas fronteiras externas dispõem dos instrumentos adequados para responder eficazmente à situação. Neste contexto, analisarei de que forma as soluções apresentadas pelo Código das Fronteiras Schengen e pelo Regulamento Situações de Crise e de Força Maior poderão ser complementadas e, em colaboração com o/a alto/a representante/vice-presidente, explorarei todas as vias possíveis para enfrentar este desafio nas nossas relações externas. Temos o dever de proteger a integridade territorial, bem como a segurança da nossa União e dos nossos cidadãos.

A UE está a construir um dos sistemas de gestão das fronteiras mais avançados do mundo. Um espaço Schengen digital contribuirá para melhorar a confiança entre os Estados-Membros, aumentar a segurança nas fronteiras externas e facilitar as viagens legítimas para a UE. Se a minha indignação for confirmada, estou empenhado em tornar a digitalização do espaço Schengen uma realidade. Trabalharei na implementação da digitalização dos procedimentos de visto, na criação de uma plataforma comum da UE para os pedidos de visto e na introdução do visto digital. Apoiaria os legisladores nas negociações para chegar rapidamente a acordo sobre o pacote legislativo recentemente proposto relativo à digitalização dos documentos de viagem. A fim de assegurar viagens sem descontinuidades, seguras e protegidas num espaço Schengen digital, é também necessário tornar a arquitetura de interoperabilidade plenamente operacional. Por conseguinte, procurarei que o Sistema de Entrada/Saída e o Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem entrem em funcionamento o mais rapidamente possível, nomeadamente através de uma abordagem faseada, e que todos os sistemas informáticos de grande escala se tornem interoperáveis, a fim de reforçar a segurança e a eficiência das passagens nas fronteiras. Estou ciente dos esforços enormes que já foram envidados em relação aos preparativos, bem como dos desafios relacionados com o início do funcionamento desses sistemas avançados e complexos. Estou empenhado em trabalhar em estreita colaboração com todas as partes envolvidas, em especial com a eu-LISA e os Estados-Membros, a fim de encontrar, o mais rapidamente possível, soluções seguras, pragmáticas e bem-sucedidas a este respeito.

O espaço Schengen e a gestão das fronteiras continuarão a ser afetados pela evolução das novas tecnologias e da inteligência artificial. A vigilância das fronteiras mudou consideravelmente através do recurso a drones, aviões, satélites e sensores avançados, assim como também mudaram os controlos de fronteira através da nova arquitetura informática interoperável, que introduz um intercâmbio de dados sem descontinuidades e muito mais rápido no âmbito de vários sistemas de informação Schengen ou da UE. A tecnologia, tal como todos os outros instrumentos, deve ser aplicada em estrita conformidade com o quadro jurídico e a proteção dos direitos fundamentais. Estou empenhado em assegurar que a tecnologia e a inovação para a gestão das fronteiras são utilizadas de forma proporcionada e eficaz, em plena conformidade com a legislação da UE, os direitos fundamentais e os valores europeus. Um exemplo é o Regulamento IA, que estabelece o quadro jurídico para uma utilização fiável das tecnologias que se baseiam na IA. Cooperarei estreitamente com o/a vice-presidente executivo/a responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, a fim de assegurar que as autoridades responsáveis participam na elaboração de orientações sobre a utilização da IA na gestão das fronteiras. Também apoiarei a cooperação com os Estados-Membros e as agências da UE, nomeadamente no contexto do Polo da UE de Inovação para a Segurança Interna, a fim de tirar o melhor partido dos instrumentos inovadores, em plena conformidade com os valores europeus e com o direito primário e derivado, incluindo o Regulamento IA.

Tenciono desenvolver a nova Estratégia da UE sobre a Política de Vistos definida nas orientações políticas, em colaboração com o/a alto/a representante/vice-presidente e com outros comissários. A estratégia deve centrar-se num sistema de vistos que nos permita colher plenamente os benefícios das viagens internacionais de turistas, empresários e estudantes, aproveitando ao máximo a política de vistos para reforçar a cooperação com países

terceiros e prevenir abusos do nosso sistema de vistos. A fim de explorar todo o potencial do mecanismo que liga a política de vistos e a readmissão, a estratégia deve ter por objetivo incentivar os Estados-Membros a adotar plenamente uma abordagem da Equipa Europa, disponibilizando-se para utilizar o mecanismo em solidariedade com outros Estados-Membros. Para além da readmissão, a política de vistos poderia ser utilizada para aprofundar o diálogo com países terceiros sobre questões relacionadas com a segurança, em cooperação com a Europol e a Frontex. Tenciono adotar uma abordagem mais estruturada para a revisão das listas de vistos, que reflita os interesses estratégicos da UE e tenha por base critérios claros e objetivos. A estratégia deve igualmente propor formas de acompanhar melhor os países terceiros cujos nacionais beneficiam da isenção de visto para viajar para a UE, com uma maior monitorização dos riscos em matéria de segurança e migração. Por conseguinte, a estratégia terá por objetivo fazer face ao aumento do número de nacionais de países terceiros isentos da obrigação de visto que solicitam asilo na UE. A estratégia será igualmente apoiada pela entrada em funcionamento do Sistema de Entrada/Saída e do Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem.

Além disso, convém não esquecer que muitas pessoas que entram na UE de forma irregular chegam primeiro a países vizinhos beneficiando da isenção de visto. Por conseguinte, se a minha indigitação for confirmada, continuarei a promover o alinhamento dos nossos países vizinhos com a política de vistos da UE, nomeadamente os países candidatos à adesão à UE. A rápida aprovação da proposta da Comissão de revisão do mecanismo de suspensão da isenção de vistos é crucial e reforçará a capacidade da UE para resolver esta questão. Uma vez adotado o texto, tenciono explorar plenamente o efeito dissuasor do mecanismo revisto, que prevê a suspensão da isenção de visto quando, por exemplo, uma política de vistos não está alinhada com a da UE ou quando países terceiros isentos da obrigação de visto aplicam regimes de concessão de cidadania a investidores. O acesso sem visto à UE não deve ser utilizado por países terceiros como instrumento para alavancar os investimentos individuais em troca da cidadania.

Concordo plenamente com o Parlamento Europeu quanto ao facto de os regimes de residência para investidores («vistos dourados») levantarem riscos graves no que diz respeito à segurança, ao branqueamento de capitais, à evasão fiscal e à corrupção. Estes regimes nacionais têm implicações para todos os outros Estados-Membros e para a UE no seu conjunto, uma vez que as autorizações de residência emitidas pelos Estados-Membros da UE concedem determinados direitos aos nacionais de países terceiros que as possuem, nomeadamente a livre circulação no espaço Schengen para estadas de curta duração. Tendo em conta que a concessão de autorizações de residência é da competência nacional, a Comissão congratulou-se com as medidas tomadas por alguns Estados-Membros no sentido de abolir ou restringir esses regimes de residência para investidores. Se a minha indigitação for confirmada, continuarei a trabalhar com os Estados-Membros e utilizarei plenamente os instrumentos da UE para combater esses regimes e fazer face aos riscos que representam.

## **5. Fronteiras internas**

*O espaço Schengen é uma das mais preciosas conquistas da União Europeia. No entanto, vários Estados-Membros reintroduziram e mantiveram o controlo nas fronteiras internas desde 2015. Como tenciona assegurar que a integridade do espaço Schengen seja restabelecida e preservada? Que medidas prevê tomar para reforçar a cooperação leal e a confiança mútua entre os Estados-Membros e garantir que todos os Estados-Membros respeitem plenamente o acervo de Schengen? Essas medidas incluirão processos por infração contra os Estados-Membros que não respeitem as regras do Código das Fronteiras Schengen, recentemente alterado? Que medidas tenciona propor para suprimir os controlos nas fronteiras terrestres internas com a Bulgária e a Roménia?*

O espaço Schengen é uma das conquistas mais tangíveis da UE e corresponde ao maior espaço de livre circulação do mundo. Contribui para a competitividade do mercado único e para o crescimento da economia da União, sendo muito apreciado pelos cidadãos e pelas empresas. Só em 2023, permitiu facilitar as viagens de mais de 500 milhões de visitantes. Estou convicto de que o espaço Schengen incorpora os objetivos fundamentais da UE: proporcionar aos seus cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, com base numa forte proteção das nossas fronteiras externas.

Ao longo da última década, os picos de migração irregular, as ameaças à segurança interna e a pandemia de COVID-19 colocaram enormes desafios. Embora a reintrodução dos controlos nas fronteiras internas seja um instrumento à disposição dos Estados-Membros como medida de último recurso, coloca verdadeiros problemas aos cidadãos e às empresas que dependem do direito à livre circulação. A cooperação transfronteiriça policial e das autoridades competentes para a aplicação da lei entre os Estados-Membros destinada a combater as ameaças à segurança é, na grande maioria dos casos, mais eficaz do que os controlos nas fronteiras internas.



Se a minha indigitação for confirmada, prosseguirei o diálogo construtivo com os Estados-Membros sobre a melhor forma de responder às suas necessidades específicas e de facilitar e reforçar a cooperação policial e das autoridades competentes para a aplicação da lei, em especial nas zonas fronteiriças. Tal inclui assegurar que os Estados-Membros estabelecem as disposições administrativas necessárias para a aplicação do procedimento de transferência de migrantes em situação irregular, introduzido no contexto da recente alteração do Código das Fronteiras Schengen. A utilização correta e eficaz de sistemas informáticos de grande escala para fornecer e trocar informações, como o Sistema de Informação Schengen, o Eurodac e o Sistema de Informação sobre Vistos, bem como o reforço da preparação e do planeamento de contingência, conforme exigido pelo Pacto, são fundamentais para reforçar a confiança no sistema, de modo a que os Estados-Membros não considerem necessário recorrer à reintrodução dos controlos nas fronteiras internas.

Comprometo-me a assegurar a aplicação e execução efetivas de todo o acervo de Schengen, incluindo as rigorosas obrigações em matéria de acompanhamento e apresentação de relatórios ao abrigo do Código das Fronteiras Schengen revisto, bem como a emissão de pareceres pela Comissão, tal como previsto nas novas regras. Nos casos em que a cooperação em matéria de execução não produza resultados satisfatórios, estarei igualmente disposto a instaurar processos por infração, se necessário.

Embora a Bulgária e a Roménia continuem a preencher todas as condições para se tornarem membros de pleno direito do espaço Schengen (desde 2011), o Conselho tem a prerrogativa e a responsabilidade de decidir abolir os restantes controlos nas fronteiras terrestres internas. Caso o Conselho não tome uma decisão antes do início do novo mandato, se a minha indigitação for confirmada, continuarei a apoiar plenamente este processo com a mesma intensidade que os meus antecessores. A Bulgária e a Roménia têm o direito de usufruir de todos os benefícios do espaço Schengen, e a supressão dos controlos nas fronteiras terrestres tornará o nosso espaço Schengen mais forte e mais seguro.

## **6. Segurança**

*Nos termos da sua carta de missão, uma das suas tarefas mais urgentes consistirá em conceber uma nova Estratégia Europeia de Segurança Interna, que deverá incluir o reforço do mandato e dos recursos da Europol. Que medidas propõe para combater eficazmente a criminalidade grave e organizada, o terrorismo e a cibercriminalidade? Que iniciativas legislativas pondera adotar neste domínio? Como tenciona tornar a Europol numa «agência policial verdadeiramente operacional», assegurando simultaneamente que não se sobreponha às competências nacionais e de outras agências da UE e que o Parlamento possa exercer um controlo efetivo? Que papel prevê para a Eurojust neste contexto? Podemos também esperar propostas legislativas que criem condições para uma melhor cooperação além-fronteiras das autoridades judiciais e de aplicação da lei na luta contra as redes criminosas? O que tenciona incluir na nova Agenda em matéria de Luta contra o Terrorismo e como planeia combater a radicalização e o extremismo violento?*

*Enquanto comissário responsável por uma Europa mais segura e mais protegida, como vê o seu papel na garantia da aplicação e atualização eficazes das estratégias da UE destinadas a combater o antissemitismo e o ódio antimuçulmano e a promover a integração? Como cooperará com o comissário da Igualdade neste domínio?*

Se a minha indigitação for confirmada, as questões do reforço do quadro de segurança interna da UE, da salvaguarda da segurança das pessoas que vivem na UE e da nossa coesão social estarão entre as minhas principais prioridades. As nossas sociedades devem tornar-se mais conscientes em relação às ameaças com que nos deparamos e estar mais bem preparadas para as enfrentar. Pretendo dar prioridade à apresentação de uma nova Estratégia Europeia de Segurança Interna, que terá em conta todo o tipo de ameaças, tanto em linha como fora de linha. A estratégia terá por objetivo garantir que qualquer nova legislação e iniciativa da UE é concebida integrando desde o início considerações de segurança, o que nos ajudará a preparar-nos para ameaças em constante evolução, tanto dentro como fora da UE. Uma vez que as evoluções a nível mundial têm repercussões na segurança da UE, as questões de segurança interna devem tornar-se parte integrante das relações da UE com países terceiros.

A luta eficaz contra a criminalidade organizada será uma vertente essencial da Estratégia Europeia de Segurança Interna. A criminalidade organizada constitui uma ameaça não só para a vida e a segurança das pessoas, mas também para a democracia, a sociedade e o desenvolvimento económico da UE. Se a minha indigitação for confirmada, tenciono propor uma revisão da legislação da UE neste domínio, que remonta a 2008. Desde então, os grupos de criminalidade organizada tornaram-se cada vez mais poderosos, polivalentes e multinacionais. As autoridades competentes para a aplicação da lei e as autoridades judiciais a nível nacional devem dispor de instrumentos jurídicos que lhes permitam dismantelar as redes criminosas de alto risco, nomeadamente facilitando investigações mais eficazes. A fim de dismantelar estas redes, tenciono propor o reforço da cooperação transfronteiriça e das investigações financeiras e promover uma rápida aplicação da diretiva relativa à recuperação

e perda de bens. Uma das atividades mais perigosas da criminalidade organizada é o tráfico de seres humanos: estou disponível para reforçar a estratégia da UE em matéria de luta contra o tráfico de seres humanos para além de 2025.

O tráfico de droga é o domínio de criminalidade mais rentável para os grupos de criminalidade organizada. Tenciono propor um novo plano de ação europeu contra o tráfico de droga, com base nos resultados da avaliação da atual estratégia e respetivo plano de ação. Com base na Aliança Europeia dos Portos, trabalharei com o/a comissário/a responsável pelo Turismo e Transportes Sustentáveis de modo a elaborar uma Estratégia dos Portos da UE abrangente, com especial destaque para a segurança e a proteção dos portos contra a infiltração criminosa. Neste contexto, trabalharei também em estreita colaboração com o/a comissário/a responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito para reforçar a nossa luta contra a corrupção, que é um importante fator facilitador da criminalidade organizada e, em especial, contra o tráfico de droga. Apoiarei a Agência da União Europeia sobre Drogas para que esta operacionalize plenamente o seu novo mandato de modo a responder rapidamente às ameaças emergentes e proponha medidas para combater o aumento da produção de drogas sintéticas na UE. Se a minha indigitação for confirmada, tenciono igualmente analisar se as nossas regras em matéria de tráfico ilícito de droga continuam a ser adequadas à sua finalidade e trabalhar com outros membros do Colégio no sentido de avaliar a necessidade de atualizar a legislação para fazer face ao aumento dos precursores de drogas sintéticas.

Dada a sua natureza mundial e transfronteiriça, a luta contra a criminalidade transnacional grave e organizada exigirá o reforço da cooperação internacional da UE com os principais países terceiros através de diálogos em matéria de segurança, de acordos internacionais e da cooperação policial operacional. Se a minha indigitação for confirmada, dedicar-me-ei a tomar medidas a este respeito.

Se a minha indigitação for confirmada, tenciono igualmente propor uma nova agenda para a prevenção e a luta contra o terrorismo e o extremismo violento. A nova agenda deve dar especial destaque às ações destinadas a prevenir e combater os ataques perpetrados por indivíduos que atuam de forma isolada ou no seio de células pequenas, muitas vezes com pouca preparação, e utilizam armas facilmente acessíveis, tendo por alvo espaços densamente povoados ou altamente simbólicos. Uma vez que estes atacantes isolados são frequentemente radicalizados através da propaganda em linha, o combate à dimensão em linha da radicalização deve ser uma componente fundamental da nova agenda. Dado que é necessário restringir o acesso aos instrumentos utilizados nos ataques, tenciono avaliar a necessidade de nova legislação para harmonizar as infrações penais no domínio do tráfico de armas de fogo e rever as regras relativas aos precursores de explosivos, que podem ser utilizados de forma abusiva para a construção de explosivos artesanais. Uma vez que muitos ataques terroristas são perpetrados em espaços públicos, como em plataformas de transporte, locais de culto ou zonas pedonais, apoiarei igualmente a atualização do plano de ação para a proteção dos espaços públicos, complementando-o com novas iniciativas de cooperação entre os setores público e privado, nomeadamente no que diz respeito a novas tecnologias e equipamentos de deteção. Para combater o financiamento do terrorismo, gostaria de avançar com a criação de um sistema europeu de recuperação de dados financeiros no âmbito da luta contra o terrorismo, a fim de ajudar as autoridades nacionais a detetar e rastrear os movimentos financeiros das redes terroristas.

Para prevenir a radicalização, especialmente em linha, trabalharei no sentido de assegurar a plena aplicação do Regulamento Conteúdos Terroristas em Linha e avaliarei se será necessário reforçá-lo. Irei também ponderar o reforço do papel da Europol, tornando-a uma plataforma de luta contra o terrorismo para combater a difusão de conteúdos terroristas e extremistas violentos em linha, bem como a utilização abusiva de novas tecnologias por terroristas, facilitando o intercâmbio de informações entre os intervenientes no domínio da segurança. Paralelamente, o Fórum Internet da UE deve continuar a desempenhar um papel vital na colaboração com a indústria tecnológica de modo a combater os conteúdos terroristas em linha e o Polo de Conhecimentos da UE sobre a Prevenção da Radicalização deve orientar os nossos esforços de prevenção.

A criminalidade facilitada pelo ciberespaço, nomeadamente as burlas e a extorsão sexual em linha, o *software* de sequestro e a fraude de identidade, deverá tornar-se a terceira «maior economia» a nível mundial até 2025. Se for aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a nova Convenção das Nações Unidas sobre a Cibercriminalidade reforçará substancialmente a cooperação internacional neste domínio, protegendo simultaneamente os direitos fundamentais. Trabalharei em estreita colaboração com o/a vice-presidente executivo/a responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia e com o/a comissário/a responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito de modo a conseguir assegurar a assinatura, a ratificação e a aplicação desta Convenção. Empenhar-me-ei igualmente na aplicação dos acordos internacionais existentes e futuros, que são essenciais para facilitar o acesso transfronteiras das autoridades competentes para a aplicação da lei às provas eletrónicas detidas pelas empresas, nomeadamente acordo entre a UE e os EUA relativo ao acesso a provas eletrónicas, que está atualmente a ser negociado. Uma vez que é também extremamente importante que as provas

de crimes que permanecem em linha possam ser utilizadas para levar os criminosos a tribunal. Se a minha indigitação for confirmada, comprometo-me a atualizar os instrumentos destinados à aplicação da lei a fim de possibilitar o acesso a informações digitais, incluindo a análise das regras em matéria de conservação de dados, no pleno respeito dos direitos fundamentais. A Europol deve também continuar a apoiar os Estados-Membros através da prestação de assistência no âmbito forense, operacional e analítico.

A Europol desempenha um papel crucial no apoio às autoridades competentes para a aplicação da lei dos Estados-Membros na luta contra a criminalidade grave e organizada e o terrorismo. Se a minha indigitação for confirmada, tenciono trabalhar no sentido de tornar uma agência policial plenamente operacional, tendo por objetivo mais do que duplicar o número de efetivos ao longo do tempo. É necessário que a Europol satisfaça as necessidades operacionais dos Estados-Membros e trabalhe em estreita coordenação e complementaridade com as outras agências da UE. Com base na avaliação do atual regulamento, numa avaliação de impacto aprofundada e numa ampla consulta das partes interessadas, do Parlamento Europeu e dos Estados-Membros, proporei o reforço do mandato da Europol, em especial do seu papel na investigação de crimes transfronteiriços, complexos e de grande escala que constituam uma ameaça grave para a segurança da União. Trabalharei em estreita colaboração com o/a comissário/a responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito para garantir uma cooperação eficaz entre a Europol e a Eurojust na luta contra a criminalidade organizada, nomeadamente assegurando que a Eurojust estará em condições de garantir o seguimento judicial das investigações, apoiadas pela Europol, a nível da aplicação da lei.

Se a minha indigitação for confirmada, analisarei também se a Plataforma Multidisciplinar Europeia contra as Ameaças Criminosas (EMPACT) poderá ser alargada e reforçada a fim de aumentar a cooperação operacional conjunta em matéria de aplicação da lei contra as ameaças de criminalidade prioritárias, entre os Estados-Membros da UE, as nossas agências e os nossos parceiros externos próximos. Em conformidade com as orientações políticas, proporei igualmente a criação de um Sistema Europeu de Comunicações Críticas ao qual possam ter acesso todas as autoridades competentes para a aplicação da lei e as autoridades de resposta a emergências responsáveis pela segurança e pela proteção.

Congratulo-me com o facto de me ser confiada a tarefa de combater o antissemitismo e o ódio antimuçulmano. A UE tem de ser um zona que assegura a proteção e segurança de todos, incluindo as comunidades judaicas e muçulmanas, sem discriminação, ódio, violência ou preocupações em matéria de segurança, especialmente no atual contexto geopolítico. No que diz respeito ao antissemitismo, se a minha indigitação for confirmada, irei acelerar a aplicação da Estratégia da UE para Combater o Antissemitismo e Apoiar a Vida Judaica, continuar a avaliar as necessidades e as ameaças e, se necessário, atualizar essa estratégia. No que diz respeito ao ódio antimuçulmano, considero a prossecução de uma abordagem mais estratégica, a fim de compreender plenamente a extensão do ódio antimuçulmano, com base numa melhor recolha de dados e em estreita cooperação com o/a comissário/a responsável pela Preparação para Crises e Gestão de Crises e pela Igualdade. Congratulo-me igualmente com a oportunidade de continuar a promover o diálogo da Comissão com as igrejas e associações ou comunidades religiosas, bem como com organizações filosóficas e não confessionais.

Estou empenhado em explorar e apoiar vias que permitam fazer face à questão da polarização na sociedade, nomeadamente à luz das recomendações apresentadas pelo Painel de Cidadãos Europeu sobre o tema «Combater o Ódio na Sociedade», a fim de lutar contra o discurso de ódio e os crimes de ódio. Qualquer forma de ódio fomenta o extremismo. Estou igualmente empenhado em promover uma abordagem coordenada entre os Estados-Membros, trabalhando em estreita colaboração com as autoridades nacionais e locais, a indústria tecnológica e a sociedade civil, a fim de reforçar a resiliência e impedir a implantação de ideologias extremistas. A Polo de Conhecimentos da UE sobre a Prevenção da Radicalização será a pedra angular dos nossos esforços neste domínio.

## **7. Acesso aos dados para fins de aplicação da lei**

*Como se propõe dar resposta ao principal desafio de garantir um acesso eficaz aos dados pessoais, por forma a prevenir, detetar, investigar e reprimir infrações penais, respeitando simultaneamente os princípios da necessidade e da proporcionalidade e defendendo o direito à privacidade e à proteção de dados? Que salvaguardas prevê para assegurar o pleno cumprimento dos acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria de conservação de dados e acesso aos mesmos para fins de aplicação da lei? Ao propor regras em matéria de acesso aos dados, abordará também a questão da encriptação?*

*Como tenciona desbloquear a proposta relativa ao abuso sexual de crianças na Internet, a fim de assegurar que seja cumprido o seu principal objetivo de proteção das crianças e que seja dada resposta às preocupações relativas à salvaguarda do direito à privacidade? Caso não exista um regulamento sobre este dossiê antes do*

*termo da segunda prorrogação do regulamento provisório, previsto para 3 de abril de 2026, como tenciona proceder para evitar a lacuna legislativa?*

Se a minha indigitação for confirmada, estou empenhado em encontrar uma abordagem equilibrada e juridicamente sólida para garantir um acesso efetivo aos dados pelas autoridades competentes para a aplicação da lei e as autoridades judiciais, respeitando simultaneamente a privacidade e a proteção de dados, bem como os requisitos em matéria de cibersegurança, e tendo em conta os aspetos tecnológicos. A UE tem de construir uma economia digital forte, em relação à qual os cidadãos reconheçam que assegura a prosperidade, a segurança e a proteção dos direitos fundamentais. Ao mesmo tempo, à medida que a sociedade e a economia avançam em termos de digitalização, o mesmo acontece com os criminosos, os terroristas e outros perpetradores, que a aproveitam para realizar atividades criminosas e escapar à aplicação da lei. A fim de assegurar que as autoridades competentes dispõem de capacidades modernas e inovadoras para combater a criminalidade, é crucial que as autoridades competentes para a aplicação da lei tenham um acesso proporcionado aos dados que permitam estabelecer uma ligação entre os crimes e os autores, apoiar as investigações, proteger as vítimas e dismantelar as redes criminosas. No entanto, atualmente, os obstáculos jurídicos e técnicos, bem como a falta de legislação harmonizada em matéria de conservação de dados a nível dos Estados-Membros, dificultam as investigações nacionais e a cooperação transfronteiriça. Apesar destes desafios, estou convencido de que podemos encontrar soluções eficientes e preparadas para o futuro de modo a facilitar o acesso legal à informação digital, o que é essencial para proteger os nossos cidadãos e defender o Estado de direito, respeitando plenamente os princípios da necessidade e da proporcionalidade.

Ao mesmo tempo, temos de evitar a criação de novas vulnerabilidades que possam ser exploradas por intervenientes mal-intencionados. Devemos igualmente evitar pôr em questão as vantagens da cifragem. Temos de encontrar um equilíbrio que nos permita salvaguardar a privacidade, garantindo simultaneamente a segurança e a proteção dos nossos cidadãos e das nossas sociedades contra as ameaças em constante evolução. O grupo de alto nível sobre o acesso aos dados para uma aplicação eficaz da lei definiu as necessidades operacionais das autoridades competentes para a aplicação da lei e das autoridades judiciais, bem como recomendações que incluem uma série de medidas, tais como o reforço da capacidade, a cooperação com a indústria, a normalização e a legislação. Estas devem prestar um contributo valioso para o trabalho neste domínio, que exige uma avaliação de impacto aprofundada.

A criminalidade e a insegurança têm um efeito inibidor em relação à sociedade e, se não forem devidamente combatidas, impedem as pessoas de exercer as suas liberdades, de exprimir a sua opinião ou de caminhar sem medo na rua. As ameaças podem também ser mais diretas, não só fora de linha, mas também em linha. As crianças estão especialmente em risco e temos de envidar mais esforços para as proteger de múltiplos perigos, da ciberintimidação à extorsão sexual, do vício da Internet à radicalização em linha. Estou convencido de que é necessário e urgente adotar a proposta de regulamento que estabelece regras para prevenir e combater o abuso sexual de crianças na Internet. Em 2010, houve cerca de um milhão de denúncias relativas a material com imagens de abusos sexuais de crianças e ao aliciamento de crianças na Internet. Em 2023, este número subiu para mais de 36 milhões de denúncias. O atual regulamento «provisório», que permite a deteção voluntária de abusos sexuais de crianças pelos fornecedores de determinadas plataformas em linha, expirará em abril de 2026. Se as regras de longo prazo propostas não forem adotadas, esta forma de deteção que permitiu salvar crianças e identificar os infratores durante mais de 10 anos será proibida na UE. Creio que podemos e devemos encontrar uma forma viável de concluir as negociações sobre o regulamento pendente para que este seja aplicado atempadamente, antes do termo da vigência do regulamento provisório.

Se a minha indigitação for confirmada, comprometo-me também a trabalhar no sentido de concluir as negociações sobre a revisão da Diretiva Abuso Sexual de Crianças. A diretiva complementa o regulamento e estabelece uma norma comum para as investigações e ações penais, harmonizando as definições de infrações e sanções. Trata-se de uma parte essencial do equilíbrio que a nossa sociedade exige do mundo digital.

#### Pergunta da Comissão do Desenvolvimento

*8. Atendendo ao seu trabalho sobre os aspetos externos da migração e da mobilidade e tendo em conta que o Regulamento IVDCI – Europa Global prevê que 10 % do seu financiamento seja atribuído para fazer face à migração e às deslocações forçadas, como tenciona concretamente levar a cabo a tarefa que lhe foi confiada na sua carta de missão de «tornar as questões da migração uma parte operacional das parcerias», mais especificamente com os países em desenvolvimento, e como refletirá o princípio da coerência das políticas para o desenvolvimento neste trabalho? Pode comprometer-se a garantir a transmissão exhaustiva e atempada de informações ao Parlamento, a fim de permitir um controlo adequado dos acordos relativos à migração com países*

*em desenvolvimento, incluindo a transparência sobre os acordos informais em matéria de migração, como os memorandos de entendimento? Como prevê a cooperação e a divisão do trabalho com outros comissários sobre os aspetos externos da migração?*

A criação de parcerias abrangentes e mutuamente benéficas com países terceiros é um elemento importante da nossa abordagem global para uma gestão eficaz e justa da migração. Se a minha indigitação for confirmada, tenciono estabelecer uma estreita colaboração com os comissários que trabalham no âmbito das relações externas, a fim de assegurar que a política de migração se inscreve numa abordagem mais ampla de 360 graus. Para o efeito, temos de compreender os interesses e as preocupações dos nossos parceiros e afirmar os interesses da UE, como a gestão da migração, juntamente com outros interesses comuns noutros domínios, como o comércio ou a energia, no âmbito de parcerias mutuamente benéficas. A cooperação em domínios como estes reforça a nossa voz no âmbito das questões da migração. O mesmo se aplica ao financiamento destinado a apoiar o reforço das capacidades de gestão e prevenção da migração irregular, bem como a luta contra as causas profundas da migração irregular. Os investimentos da Estratégia Global Gateway da UE destinam-se ao desenvolvimento económico, à educação, à criação de emprego, aos cuidados de saúde, ao setor digital, ao clima e aos transportes, contribuindo para a prosperidade e o reforço da base de competências dos nossos parceiros. O desenvolvimento de vias seguras e legais e a promoção da sua utilização contribuirão para evitar viagens perigosas e irregulares. Trabalharei com outros os comissários no sentido de promover parcerias para atração de talentos que possam estruturar a cooperação em matéria de mobilidade laboral, com o objetivo de impulsionar a competitividade da UE e de fazer face à escassez de mão de obra em determinados setores e profissões, promovendo simultaneamente o desenvolvimento de competências e o crescimento económico nos países de origem dos migrantes.

É inerente a esta abordagem que os diferentes comissários cooperem estreitamente na criação de parcerias. Trabalharei em estreita colaboração com o/a alto/a representante/vice-presidente, o/a comissário/a responsável pelas Parcerias Internacionais e o/a comissário/a responsável pelo Mediterrâneo, a fim de alinhar as políticas internas e externas e garantir a coerência global dos esforços da UE, nomeadamente no âmbito da coerência das políticas para o desenvolvimento. Deste modo, seremos capazes de assegurar que a gestão da migração será plenamente integrada em parcerias com os países em desenvolvimento, especialmente os países de origem e de trânsito, respeitando simultaneamente os direitos fundamentais e as obrigações jurídicas internacionais. Não devemos esquecer que muitos países terceiros acolhem grandes populações de refugiados: a Europa pode orgulhar-se de ter ajudado sempre os países e as comunidades a acolhê-los.

Conforme acima explicado, assegurarei que o Parlamento Europeu permanecerá bem informado sobre os acordos com países terceiros no domínio da migração. Continuo plenamente empenhado em disponibilizar as informações necessárias sobre tais acordos e em dialogar com V. Ex.<sup>as</sup> sobre as nossas iniciativas.